

Editorial

Reflexões sobre Política de Defesa

A Política trata do *que fazer* diante de determinada situação, compatibilizando possibilidades com necessidades para responder aos desafios vislumbrados.

Para definir a Política de Defesa, preconiza-se seguir a seguinte seqüência de procedimentos: identificar as situações adversas e as ameaças potenciais de conflito; formular hipóteses sobre suas projeções; analisar os meios disponíveis para contrapor-se a elas; e buscar a melhor forma de dotar o braço armado do Estado com uma estrutura que dê respaldo à reação formulada.

A inexistência de uma concepção política, um conceito estratégico, dificulta a percepção dos cenários adversos e da forma de reagir às eventuais, ou prováveis, crises que venham a exigir o emprego do Poder Militar do Estado.

Esse Poder não surge do nada nem da noite para o dia. Requer planejamento metódico, continuado e mantido em permanente avaliação, de tal forma que se possa prover, a tempo, os recursos indispensáveis à correta estruturação e emprego das Forças Armadas. Por isso mesmo, qualquer nação não pode prescindir de uma adequada preparação militar para a sua defesa, submetendo-a a total dependência alienígena. A História registra exemplos marcantes dos riscos a que ficou exposta a defesa nacional de tantos Estados. Eis porque o serviço militar se impõe como dever cívico.

A Política de Defesa deve proporcionar educação e preparo profissional adequados a todos os integrantes, civis e militares, de um Sistema de Defesa, de modo a capacitá-los a se desincumbirem com proficiência de suas atribuições. Para tanto, faz-se mister que os ocupantes de cargos de chefia e comando detenham, cada vez mais, conhecimentos de História Militar, Geopolítica, Política e Estratégia, Teoria dos Conflitos, Processos de Tomada de Decisões, Relações Internacionais etc., além dos técnico-profissionais que lhes caibam.

A prontidão das Forças Armadas depende de um planejamento que assegure a execução dos respectivos Planos Diretores sem solução de continuidade, de modo a manterem-se equipadas e adestradas para o pronto cumprimento das missões que lhes forem impostas. Para isso, é recomendável garantir-se, no orçamento do Estado, um percentual do PIB que lhes assegure um mínimo credível de poder de dissuasão. Exemplo bem-sucedido dessa prática nos vem do Japão: desde o período de ocupação norte-americana, por imposição do General MacArthur, ficou estipulado o mínimo de 1% do PIB japonês para o orçamento anual de defesa.

A visão estreita, parcial ou pontual de interesses paroquiais, mesmo entre a gente fardada das Forças Singulares, deve ceder lugar a uma visão estratégica compatível com a postura assumida pelo Estado.

Quanto à defesa coletiva, é preciso também uma nova visão que tenha por foco o respeito a opiniões e idéias de todos os participantes da aliança que lhe dá respaldo, resguardando-se os interesses e valores nacionais. Nenhum Estado pode ser compelido a cumprir missão que ultrapasse suas possibilidades e fira sua soberania. A defesa coletiva deve centrar-se em cooperação e não em alinhamento automático.

As Forças Armadas têm consciência da sua missão. Sabem, perfeitamente, do que necessitam para a defesa nacional. Apesar de cultuarem elevado grau de patriotismo, não lhes incumbe, porém, num regime democrático, impor a definição do modelo para a estrutura de defesa.

Numa reflexão franca, antes de focar o reequipamento e reorganização das Forças Armadas, torna-se necessário enfrentar o aspecto crucial do problema: a falta de vontade política, conjugada com a falta de conhecimento sobre Política de Defesa. O Poder Político precisa definir os cenários em que visualiza o emprego das Forças Armadas, a finalidade da intervenção e o limite máximo do engajamento. Sem poder solucionar esses problemas, elas ficam impedidas de tomar qualquer iniciativa, dependentes que são de uma decisão política que não lhes compete, obrigando-se a restringir-se em promover estudos vagos e improdutivos. O cerne do problema afigura-se simples. Exige apenas conhecimento, discernimento e coragem.

Somente quando forem esclarecidos os pontos atrás comentados, poder-se-á traçar uma Política de Defesa racional e fundamentada, basilar à adequação das Forças Armadas para atuarem, efetivamente, nos cenários vislumbrados.

Há que ajustar-se o Sistema de Defesa à Revolução em Assuntos Militares (RAM) e à revolução geopolítica em processamento no mundo, resultante da queda do Muro de Berlim e dos acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

Sem isso, qualquer exercício mental redundará em idéia não quantificável, perda de tempo, especulação.